

6A 2, 19 set 87

AJ 22916

PDU aumenta conselho por pedido de empresas

As empresas estatais foram as principais responsáveis, junto com outras entidades e empresas ligadas ao desenvolvimento da cidade, pela elevação de nove para 19 os membros do Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano. A explicação é do técnico Fernando Betarello, coordenador da equipe que montou o PDU de Vitória. Ele estranhou ontem as informações prestadas por alguns líderes de comunidades que afirmaram não ter sido convidados a discutir seus problemas durante a elaboração do documento.

Depois de enfatizar que foi a pedido da Cesan, da Escelsa, Telest, do próprio Sindicato da Construção Civil, da Federação das Indústrias e da Federação do Comércio que o número de componentes do Conselho foi aumentado, Fernando Betarello explicou ainda que nele está prevista a participação de representantes do Departamento de Ações Ambientais (DAA) da Secretaria de Saúde e mais dois representantes das comunidades, além de sete elementos, cada um dos principais órgãos da prefeitura municipal de Vitória.

TRABALHOS

O técnico do Instituto Jones dos Santos Neves aproveitou para esclarecer a participação das comunidades na elaboração do plano. Segundo ele, durante dois dias, antes que o documento final fosse elaborado, eles estiveram reunidos com as lideranças de associações de bairros quando constataram que as principais reivindicações na Grande Vitória eram falta de água, luz e muito lixo. E isso, conforme explicou Betarello, somente será definido dentro do plano de obras da prefeitura municipal de Vitória que será elaborado a partir da aprovação do projeto 46/81, que se encontra na Comissão de Justiça e será discutido a partir do próximo dia 28 no plenário da Câmara, durante um seminário.

Ontem, na Câmara Municipal de Vitória, depois de uma rápida reunião, os componentes da Comissão de Justiça, segundo o seu presidente, Ademir Antunes, decidiram convidar o prefeito de Curitiba-PR, Jaime Lerner, para explicar o processo de controle do crescimento verificado naquela cidade. Apesar de algumas críticas feitas pela imprensa curitibana ao trabalho de Jaime Lerner, especialmente através da revista "Paraná em Páginas", dirigida por Cândido Gomes Chagas, a urbanização de Curitiba é reconhecida em todo o país como modelo a ser seguido.

Jaime Lerner viria para o encerramento do seminário tendo assim oportunidade de tomar conhecimento do projeto 46/81 e emitir opiniões a respeito. Um outro técnico que poderá participar é o arquiteto Jolindo Martins que, conforme admitiu um representante da Federação do Comércio ontem, poderá ser convidado a representar a entidade no ciclo de palestras do seminário. Enquanto isso, a Comissão de Justiça pensa na possibilidade de convidar também o presidente

do instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-ES) Kleber Frizera, para participar do encontro. A ausência de Frizera entre os convidados pela Comissão de Justiça causou estranheza em alguns meios técnicos, principalmente no Instituto Jones dos Santos Neves, pois a colaboração do IAB-ES durante as discussões que culminaram com o segundo PDU foram consideradas importantes.

COTA 50

Ao comentar ontem as declarações do ex-prefeito Chrisógono Teixeira da Cruz, atualmente presidente do Sindicato da Construção Civil, o coordenador do projeto do Plano Diretor de Vitória se disse surpreso. Destacou que o próprio ex-prefeito admitiu que ainda não havia lido o plano e que portanto fora um ato prematuro falar sobre as alterações introduzidas. Atribuiu as críticas ao conselho pelo fato de que ele irá restringir a autonomia não só do prefeito, mas dos técnicos que transitam na área urbana, diminuindo o poder de barganha com os setores interessados.

Basicamente sobre a Cota 50 e a argumentação do ex-prefeito Chrisógono Cruz de que a mesma não era necessária, Betarello disse que com isso ficava caracterizado que realmente o projeto do PDU ainda não havia sido lido, pois ele pretende, justamente, evitar que sejam destruídos os morros que ainda possuem vegetação, aconselhando que nos demais seja levado saneamento básico, água e esgoto que são as principais reclamações das comunidades mais carentes. Ele lembrou que até o momento a prefeitura vem tentando, sem conseguir, disciplinar as construções até a cota 50 e que nada menos que cinco leis e nove decretos executivos foram elaborados regulamentando a situação sem que as construções acima da Cota 50 deixassem de aumentar.

E recordou que durante a gestão do atual presidente do Sindicato da Construção Civil nada menos que três leis foram aprovadas. Uma delas, de nº 2.174, em seu artigo 28 estabelecia em 40 — diminuindo em 10 a legislação anterior — a altitude máxima para construções em Vitória. Dois anos depois, em 22/5/74, Chrisógono Cruz restabelecia através da lei 2.306 a Cota a sua altura anterior (50m) para redefini-la ainda no mesmo ano — cinco meses depois através da lei 2.331 de 15/10/74. E não foi ainda a última legislação, pois em 1976 uma nova definição era dada para a Cota 50, através da Lei 2.427 de 14/4/76. Lembra ainda Betarello que em 1974 foram baixados três decretos executivos regulamentando a Cota 50 e que de dois em dois anos a legislação mudava. "Foram eles mesmos que queriam a Cota 50 e por essa razão ela entrou no Plano Diretor Urbano, com uma ressalva. Os morros já habitados continuarão normalmente e as áreas verdes ainda como o morro da Fonte Grande ficarão proibidas de serem devastadas".